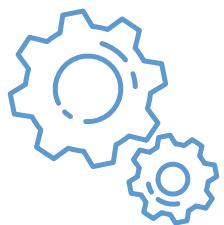


As CONCEPÇÕES DA EPT E A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS



Lucas de Souza
Salete Valer



Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (Profept).
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina-IFSC - Campus Florianópolis
Av. Mauro Ramos, 950, Centro, CEP: 88020-300, Florianópolis-SC
Telefone: (48) 3211-6000
CNPJ 11.402.887/002-41
<https://www.ifsc.edu.br/profept>

AS CONCEPÇÕES DA EPT E A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS



VENDA PROIBIDA!

**Este material pode ser utilizado livremente para fins educacionais.
Não é permitida a reprodução para fins comerciais.**

AUTORES:
LUCAS DE SOUZA E SALETE VALER

REVISÃO:
LUCAS DE SOUZA E SALETE VALER

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
LUCAS DE SOUZA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL (PROFEPT).**
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA - IFSC - CÂMPUS FLORIANÓPOLIS**

AS CONCEPÇÕES DA EPT E A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS



FLORIANÓPOLIS, SC, 2022

FICHA TÉCNICA

Esta Cartilha, como produto educacional, é oriunda da pesquisa de Mestrado **O uso das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas como competência para o mundo do trabalho: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - Campus Florianópolis-Continente**. Foi avaliado por duas docentes doutoras em línguas e duas TAE doutoras do Núcleo Pedagógico; validado pelos integrantes da banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Produto educacional: Cartilha: as concepções da EPT e a lógica das competências

Produção e organização: Lucas de Souza e Salete Valer

Banca de validação do livro como parte da Dissertação de Mestrado: Prof.^a Roberta Pasqualli, Dr.^a; Prof.^a Lorena Temponi Boechat, Dr.^a; Prof.^a Laura Rodrigues de Lima, Dr.^a, em 23 de agosto de 2022.

Catalogação na fonte pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC Reitoria

As concepções da EPT e a lógica das competências/Souza, Lucas de; Valer, Salete. -1.ed. -- Florianópolis: Publicação do IFSC, 2022. Cartilha eletrônica.

38 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88663-59-2

1. Cartilha/Produto Educacional ProfEPT. 2. As concepções da EPT e a lógica das competências. 3. Educação Omnilateral. 4. Educação Profissional. I. Souza, Lucas de; Valer, Salete II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

VENDA PROIBIDA!

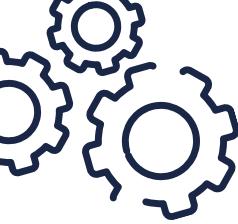
**Este material pode ser utilizado livremente para fins educacionais.
Não é permitida a reprodução para fins comerciais.**

RESUMO

As mutações de base científica tecnológica reorganizam constantemente o sistema produtivo, impondo ao sistema educacional a necessidade de se ajustar a essa lógica, sendo que o modelo de competências ocupa um papel central nas políticas públicas que norteiam o sistema educativo. Inserido nesse contexto, esta cartilha eletrônica, *As concepções da EPT e a lógica das competências*, objetiva destacar alguns fundamentos da EPT e uma crítica de como a lógica das competências está inserida no processo de ensino-aprendizagem. Esta cartilha é produto da pesquisa sob o título *O uso das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas como competências para o mundo do trabalho: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) Campus Florianópolis-Continente*, desenvolvida em nível de dissertação no Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Em termos metodológicos, é de cunho qualitativo, tendo como modalidade principal o estudo de caso e como sujeitos de pesquisa estudantes dos cursos técnicos subsequentes e docentes desses cursos. Pela aplicação de questionários aos estudantes e entrevista aos docentes, buscou-se depreender a respectiva concepção acerca de conceitos e sua transposição pedagógica como: tecnologias, mundo do trabalho, pesquisa com princípio pedagógico, competência para o mundo do trabalho entre outros. Os resultados demonstram que há uma lacuna tanto dos estudantes como dos docentes em relação aos conceitos e da sua aplicação na EPT para a formação integral do trabalhador. Partindo-se desses resultados, entende-se a relevância da cartilha eletrônica *As concepções da EPT e a lógica das competências*, a qual apresenta os principais fundamentos e princípios da EPT e uma crítica de como a lógica das competências está inserida no processo de ensino-aprendizagem como fator de adaptação ao mundo do trabalho atual. Isso porque, em um universo educacional, social e profissional inseridos em um contexto permeado de incertezas, devido às intensas mudanças nas bases científicas tecnológicas do sistema produtivo vigente, necessário se faz a ampliação dos saberes e debates relacionados à formação politécnica, omnilateral entre os sujeitos da EPT.

Palavras-chave: ProfEPT. Técnico subsequente. Concepções da EPT. Lógica das Competências. Mundo do trabalho.





SUMÁRIO

8	APRESENTAÇÃO
12	1. AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EPT
13	1.1 A EDUCAÇÃO POLITÉCNICA
14	1.2 A FORMAÇÃO OMNILATERAL
16	1.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO
19	1.4 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO
21	1.5 EM BUSCA DA FORMAÇÃO INTEGRAL
23	2 A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS
24	2.1 A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS COMO CONSTRUCTO DA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR
25	2.2 MOBILIZAR E TRANSFERIR CONHECIMENTO
26	2.3 A COMPETÊNCIA COMO FATOR DE EMPREGABILIDADE
28	2.4 A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR
30	2.5 O NEOLIBERALISMO E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS COMO FIADORAS DESSAS NOVA LÓGICA
31	2.6 O MODELO DE COMPETÊNCIAS E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL
31	2.6.1 AS DIVERGÊNCIAS COM A EPT
32	2.6.2 RESSIGNIFICAR O CONCEITO DE COMPETÊNCIA
33	FECHAMENTO
34	REFERÊNCIAS
38	SOBRE OS AUTORES

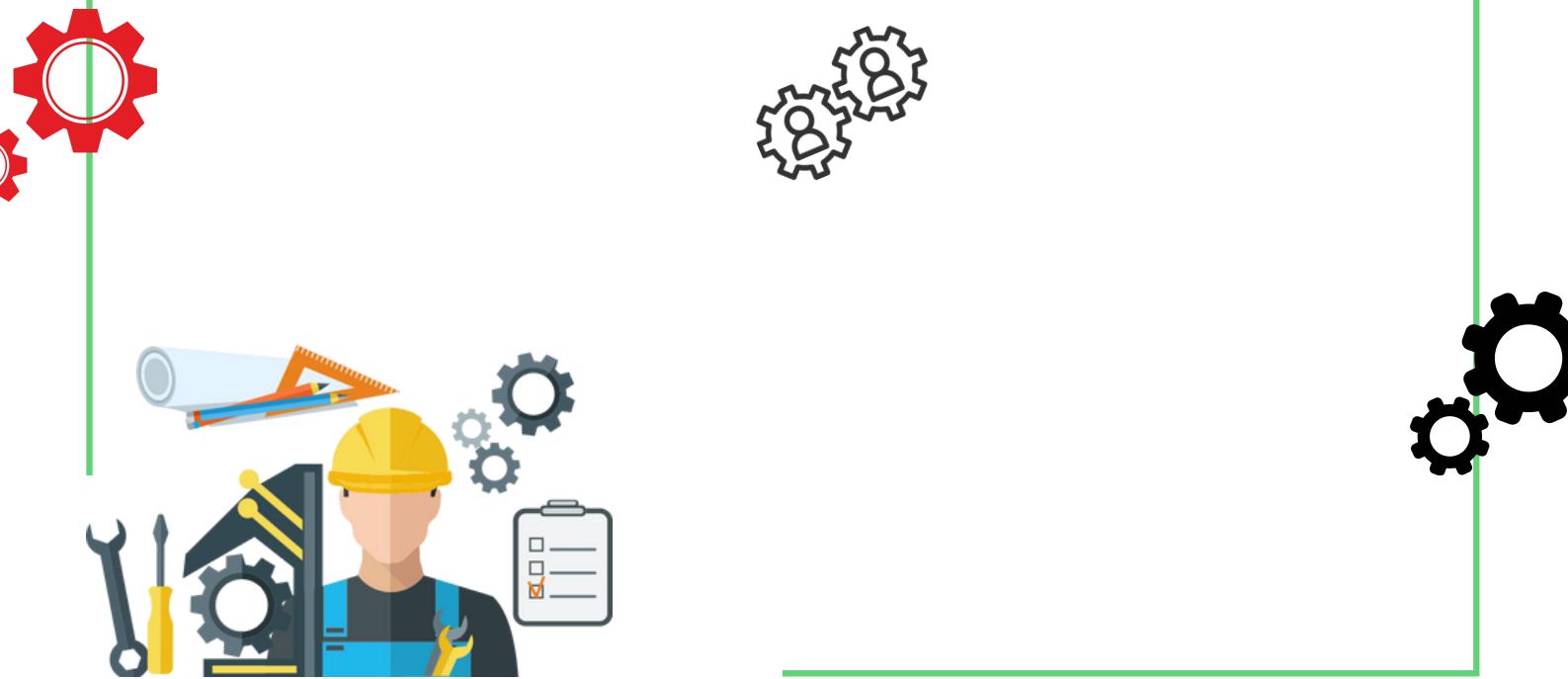




“

Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo - a sociedade mais desigual de toda a história - , para que se aceite que "todos são iguais perante a lei" , se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores nas mentes das pessoas.
(MÉSZÁROS, 2008, p. 15-16).

”



APRESENTAÇÃO

ORIENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL!

O presente produto educacional, cartilha eletrônica, *As concepções da EPT e a lógica das competências*, é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), contendo o título *O uso das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas como competências para o mundo do trabalho: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) Campus Florianópolis-Continente*. Foi submetida e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, conforme protocolo número 4.106.446. O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A pesquisa de cunho qualitativo, configurou-se em um estudo de caso com o objetivo geral de investigar a concepção de diferentes grupos de sujeitos acerca dos saberes essenciais relacionados às TDICs como constituintes da competência do estudante-trabalhador para o mundo do trabalho. A pesquisa ocorreu no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Florianópolis-Continente, com sujeitos estudantes do semestre 2020-1 dos Cursos Técnicos Subsequentes em Panificação e em Cozinha e docentes desses cursos.

Pelo instrumento questionário aos estudantes e pela entrevista aos docentes, buscou-se depreender a percepção desses sujeitos acerca dos conceitos bases da EPT: tecnologias, mundo do trabalho, competência para o mundo do trabalho, pesquisa como princípio pedagógico, os quais constituem o foco deste produto educacional. Os resultados revelam que, em relação aos estudantes, suas percepções sobre tecnologia ainda estão amparadas na parte fenomênica dos objetos eletrônicos, sem uma reflexão mais profunda das questões históricas entre trabalho e sistema produtivo. Referente ao termo mundo do trabalho, os estudantes somente relataram os aspectos voltados ao mercado de trabalho, não fazendo nenhuma relação com saberes para além da empregabilidade imediata, em sua grande maioria. No caso das competências, os sujeitos estudantes emitiram suas respostas voltadas para a questão da competitividade no mercado de trabalho, não havendo uma ampliação ou reflexão sobre o uso do termo na formação profissional. Em re-

-lação ao princípio da pesquisa como princípio pedagógico, a grande maioria dos estudantes concorda com a importância da pesquisa na formação escolar, todavia sempre pautando os objetivos específicos da sua formação, sem uma ampliação desse uso para o mundo do trabalho.

No caso dos docentes, a tecnologia é compreendida dentro de um sentido histórico em conjunto com a relação do homem e a natureza, demonstrando um conhecimento mínimo sobre esse termo e seus significados sociais. Sobre o termo mundo do trabalho, o discurso direcionou-se para uma abordagem mais voltada ao mercado de trabalho, revelando uma lacuna dos preceitos que envolvem uma formação profissional para o mundo do trabalho. Em se tratando das competências para o mundo do trabalho, os docentes demonstraram não dominar suas bases epistemológicas, no sentido de entender as contradições subjacentes aos dois termos, isso pela implementação na educação de maneira impositiva, como seu uso no mundo do trabalho de maneira individualizante e competitiva.

Pelos dados analisados, observou-se que tanto os estudantes como os docentes têm pouca compreensão sobre a temática competência e sua relação com os fundamentos e princípios da EPT. Também identificou-se que os docentes não foram inseridos em processos formativos voltados a esses conceitos tanto antes como após seu ingresso no IFSC.

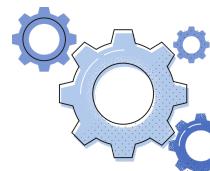
Com base nesses resultados, optou-se por elaborar um produto educacional com a finalidade de destacar alguns fundamentos da EPT e uma crítica de como a lógica das competências está inserida no processo de ensino-aprendizagem. Para esse fim, selecionou-se dentro da categoria material textual, conforme o Documento de área-Ensino (BRASIL, CAPES, 2016, p. 15), tipologia cartilha na versão eletrônica para sistematizar, em uma linguagem mais simplificada, informações relevantes sobre alguns conceitos que estão permeando as discussões inseridas na dimensão das concepções da EPT e da lógica das competências em termos de suas determinações sociais, assumindo-se uma abordagem politécnica e omnilateral, como condição inicial rumo a uma formação humana integral.

Portanto, espera-se que o conteúdo desta cartilha possa contribuir na ampliação dos conceitos relacionados às concepções da EPT e como o conceito de compe-

10

-tência incide sobre o processo educativo. Como consequência, que possa gerar reflexões e debates nas suas práticas diárias sobre a importância de uma educação mais humanizadora, inserida numa perspectiva de formação politécnica para o mundo do trabalho.

Boa leitura a todos (as)!

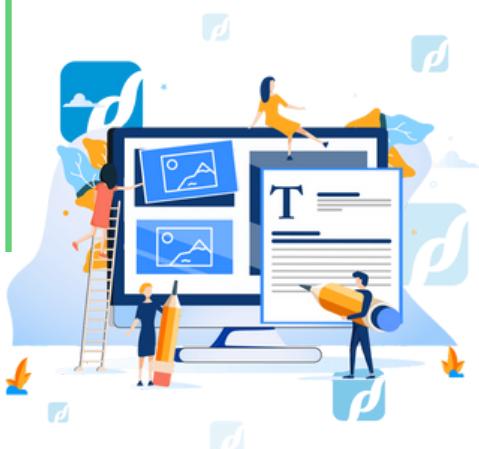




“

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos [...] (CIAVATTA, 2012, p. 85).

”





1. AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EPT



YouTube

ACESSE O LINK ACIMA, E
SAIBA MAIS SOBRE O
ASSUNTO.

Parte-se do princípio que a dualidade histórica criada pelas relações capitalistas de produção condicionam a vida educacional e laboral dos sujeitos, entre quem opera os maquinários ou realiza algum serviço manual, e, por outro lado, os que exercem funções hierárquicas de poder. Para superar essa dicotomia reforça-se a necessidade de uma formação emancipatória dos sujeitos estudantes-trabalhadores, ou seja, uma formação politécnica, dentro de uma perspectiva transformadora da realidade por meio da educação, propiciando assim, uma mudança gradativa nos processos de ensino-aprendizagem na EPT, fundamentando as condições necessárias de intervenção na realidade pelo sujeito estudante.

Portanto, as concepções e princípios são como uma bússola a guiar a EPT, pois por meio delas é que se pode transformar a realidade da educação básica e profissional no Brasil. Para isso, tem-se os fundamentos de uma formação Politécnica e omnilateral, e o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Esses conceitos têm a perspectiva de uma formação humana integral, ou seja, envolver nos processos de ensino-aprendizagem os aspectos do trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Busca unir a formação geral e profissional, possibilitando com isso um acesso mais amplo de conhecimentos a esses sujeitos, para que possam compreender a realidade que os cerca e também dentro das possibilidades fazer as interferências necessárias.



1.1 EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

A formação politécnica pode ser considerada uma concepção de Marx em relação ao trabalho e à educação, ou seja, uma concepção marxista de educação (RODRIGUES, 2008). Essa concepção abarca aspectos da educação intelectual, atividade corporal, trabalho e suas relações no processo de produção, assim como a tecnologia e suas condicionantes históricas da sociedade.

Um dos pensadores pioneiros no Brasil em relação à educação politécnica é Demerval Saviani, na década de oitenta, trouxe à tona esse debate, tornando-se a base de discussões para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases 1996 (LDB) pós-redemocratização. Entretanto, essa concepção educacional enfrentou diversas barreiras e acabou por não ser implementada como tema central na Leis de Diretrizes e Bases de 1996.

Para Saviani (1989), a educação politécnica está relacionada diretamente ao trabalho como princípio educativo do ser humano, pois:

“O que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal, à medida em que necessita produzir continuamente a sua própria existência. É isso que diferencia o homem dos animais: os animais têm sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza; o homem tem que fazer o contrário, ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que é feito através do trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la.” (SAVIANI, 1989, p. 8).

Perante ao exposto, percebe-se que o trabalho é que fornece as bases da existência humana, pois por meio da interferência humana na natureza o homem faz a sua história e avança nos modos de produção. A cada mudança no modo de produção, altera-se também as formas de existência humana, demonstrando assim o quanto é intrínseco a relação do trabalho e a existência humana na Terra.

A sociedade capitalista fragmentou o conhecimento, criando as especializações e formações específicas entre quem executa e quem comanda. A politecnia contrapõe esse tipo de dualidade, os saberes devem ser indissociáveis, saberes manuais e intelectuais devem compor uma só unidade.

1.2 FORMAÇÃO OMNILATERAL

Essa concepção educacional está alicerçada na superação do modelo de educação da sociedade organizada pelo modo de produção capitalista burguesa, em que tornou o ser humano fragmentado. Nesse sentido, o ser omnilateral contrapõe a unilateralidade burguesa:

“

[...] da própria separação em classes sociais antagônicas, base segundo a qual se desenvolvem modos diferentes de apropriação e explicação do real; revela-se ainda por meio do desenvolvimento dos indivíduos em direções específicas; pela especialização da formação; pelo quase exclusivo desenvolvimento no plano intelectual ou no plano manual; pela internalização de valores burgueses relacionados à competitividade, ao individualismo, egoísmo etc. Mas, acima de tudo, a unilateralidade burguesa se revela nas mais diversas formas de limitação decorrentes do submetimento do conjunto da sociedade à dinâmica do sociometabolismo do capital. (SOUZA JUNIOR, 2008, p. 285).

”

O ser humano omnilateral tem consigo a consciência de que a realidade precisa ser modificada, pois na sociedade capitalista há separação em classes sociais, e consequentemente a existência desigual entre as pessoas.

A formação omnilateral, acima de tudo, tem como interesse principal a superação da dualidade educacional entre trabalho intelectual e manual, entre quem manda e quem obedece, enfim, superar a ideologia estabelecida historicamente pela classe dominante, a qual impõe um discurso em que a desigualdade social é naturalizada como parte integrante da sociedade.

Portanto, a busca pela formação de um ser humano omnilateral significa romper com as amarras do pensamento burguês limitado (SOUZA JUNIOR, 2008), oferecendo as condições para que os sujeitos possam desenvolver as suas potencialidades em uma visão holística do mundo que o cerca, entendendo os componentes que fazem parte dos processos produtivos, das relações históricas da sociedade contemporânea, por fim, submeter a realidade a uma constante reflexão e inquietação. Há uma relação muito próxima entre politecnia e omnilateralidade, a diferença é que a politecnia procura mudar a realidade contraditória do capitalismo por dentro das próprias relações capitalistas, já a omnilateralidade busca a superação da sociedade dividida em classes. São concepções marxistas relacionadas a diferentes posturas, porém com o mesmo objetivo, superar as condições que colocam o ser humano dividido pelas relações de trabalho burguês.

Dessa forma, as duas concepções se distinguem, e, se complementam:

“

A omnilateralidade, por exemplo, é uma busca da práxis revolucionária no presente, desde sempre, embora sua realização plena apenas seja possível com a superação das determinações históricas da sociedade do capital. (SOUZA JUNIOR, 2008, p. 289).

”

A politecnia é proposta para se realizar no presente da opressão a que estão submetidos os trabalhadores com o propósito de a eles responder. A politecnia não almeja alcançar a formação plena do homem livre, mas a formação técnica e política, prática e teórica dos trabalhadores no sentido de elevá-los na busca da sua autotransformação em classe-para-si. Portanto, a politecnia não tem como condição para sua realização a ruptura ou superação das determinações históricas da sociedade do capital. (SOUZA JUNIOR, 2008, p. 289).

Independente das definições conceituais entre as duas concepções, fica exposto que o propósito dessas concepções é a superação da sociedade dividida em classes, vislumbrando-se por consequência, uma sociedade mais coletiva e socialista.



1.3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A história humana pode ser compreendida por meio de fenômenos, como a urbanização, surgimento das cidades, das grandes indústrias, os grandes impérios, as grandes guerras e outros aspectos da evolução humana em sociedade. Por trás de todos esses eventos, que representam o desenvolvimento das interações sociais e históricas, está o trabalho, foi por meio desse fator existencial que a humanidade evolui em suas técnicas, sistematizou os saberes relacionados ao domínio da natureza, inventou máquinas, tornando complexos os seus processos civilizatórios e aumentando a condição de apropriação da natureza com objetivos econômicos. A partir disso, observa-se que

“

É o homem em ação para e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1986, p. 8).

”

Por mais que as relações sociais dispersem um olhar mais criterioso sobre a importância do trabalho humano na realização dos avanços societários, incluindo os avanços tecnológicos, os quais representam os avanços do modo de produção capitalista, se faz necessário elaborar reflexões sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea. Em relação ao termo trabalho, identifica-se a associação aos aspectos negativos, como sendo algo penoso, depreciativo, dessa forma o trabalho é algo dispendioso às pessoas, que envolve esforço, preocupações, sendo uma ação a contragosto em muitas situações. Porém, também pode ser associado a aspectos positivos, como um trabalho artístico bem conceituado, uma atividade de um artesão sendo reconhecida, ou qualquer função onde determinada pessoa exerce com excelência, é considerada por muitos como significado de um bom trabalho (ALBORNOZ, 1986). Percebe-se assim, a dupla interpretação semântica do termo trabalho, tanto no seu aspecto benéfico, quanto no seu aspecto maléfico. Diante desse pequeno preâmbulo sobre a concepção do termo trabalho, este produto educacional, resultante da pesquisa dissertação, tem abordado o trabalho no sentido ontológico, o qual pode ser compreendido como a primeira mediação com a natureza, e com outros seres humanos, dessa forma, o homem, ser social, elabora sua aprendizagem e compreensão do

processo histórico de produção científica e tecnológica, ou seja, como os saberes são organizados socialmente; e no sentido histórico, a relação do homem com o trabalho tem interferência direta das relações econômicas, pois relaciona o conhecimento adquirido com as necessidades do sistema produtivo, no caso, o emprego assalariado, alienante e penoso construído ao longo do desenvolvimento dos processos produtivos do sistema capitalista, (BRASIL, DBEPT, 2004) (BRASIL, DBEPT, 2007) (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2012).

O trabalho no sentido ontológico e sua transformação no sentido histórico, moldaram uma sociedade dividida em classes sociais, segundo Marx (2007). Em Kosik (1976), o trabalho é responsável por compor toda a formação objetiva e subjetiva do ser humano, ou seja, o trabalho é parte constitutiva do ser. Enguita (1989) reforça as condições citadas por Marx, ao apontar a fragmentação dos processos de trabalho que foram alienando o trabalhador. Para Antunes (2006, 2009, 2018), o trabalho e o trabalhador foram sendo submetidos gradativamente a uma precarização diante dos avanços tecnológicos propostos pelo sistema capitalista, o que impulsionou a perda de direitos trabalhistas, gerando informalidade e desemprego estrutural.

No caso dos avanços do trabalho no sentido ontológico, surgiu a ciência ao organizar o conhecimento adquirido por meio de uma sistematização racional e objetiva dos saberes. A ciência pode ser entendida como expressão dos saberes adquiridos pela intervenção na natureza que foram sistematizados de maneira racional. Em relação à tecnologia, entende-se como resultado da ciência aplicada às necessidades do sistema produtivo. A cultura revela e expressa os significados compartilhados em uma determinada sociedade, seus símbolos e representações de mundo (BRASIL, DBEPT, 2007).

Os avanços civilizatórios e tecnológicos da sociedade contemporânea só foram possíveis pelas relações ao longo da história humana, as quais se materializaram por meio da relação homem/trabalho e natureza, esse fator foi primordial para os processos de formação das cidades, composição de valores simbólicos, materiais e abstratos que compõem a sociedade capitalista atual. O trabalho ocupa um papel central na formação histórica humana, pois o modo de produção vigente é que dita as regras de sociabilidade, de convivência e estabelece as relações baseadas em classe social, que estão ancoradas na distância abissal entre ricos e pobres, ou seja, os que detém por meio de finanças, meios de produção, relações hierárquicas de poder dentro de cada sociedade.

Dentro dessa realidade, para o estudante trabalhador atingir uma formação emancipatória e com sentido humanizador, deve-se ter o trabalho como princípio educativo, pois é por ele

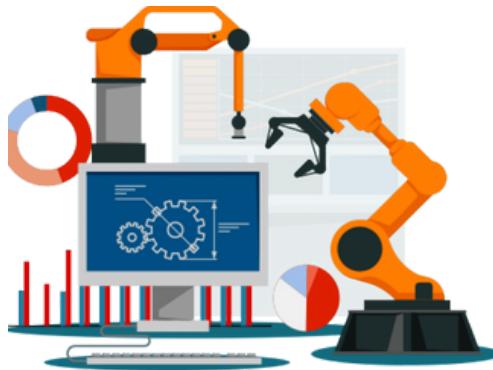
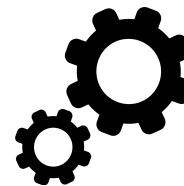
que se entende as relações e seus condicionantes sociais. Nessa relação, o trabalho como princípio educativo

“

“[...] remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.” (CIAVATTA, 2008, p. 408).

”

Isso significa dizer que, a educação deve proporcionar não somente os conhecimentos específicos para o trabalho laboral, mas o trabalho como objeto de ensino-aprendizagem precisa desenvolver todas as potencialidades humanas, em que o trabalho promova o acesso aos saberes essenciais para inserção no mundo do trabalho, como também para a compreensão das relações sociais, históricas, econômicas estabelecidas na vida operária atual.



1.4 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Esse princípio tem uma forte relação com o trabalho como princípio educativo, pois é por meio da pesquisa que se desvenda os aspectos históricos referentes ao trabalho e as relações de produção, sendo que tal prática contribui para a formação de sujeitos conhecedores da realidade específica e ampla, ou seja, ao mesmo tempo que investigam os aspectos laborais, devem ser inseridos nas discussões acerca da forma como o trabalho é constituído historicamente pelas relações do capitalismo de produção e financeiro.

Além disso, a pesquisa deve sempre compor as atividades pedagógicas dos estudantes-trabalhadores para formar sujeitos autônomos e questionadores, conforme discussões presentes no Documento Base da EPT:

“

Essa atitude de inquietação diante da realidade potencializada pela pesquisa, quando despertada nas primeiras fases escolares, contribui para que, nas faixas etárias e níveis educacionais mais avançados, o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal no âmbito acadêmico, seja na forma aplicada ou na denominada pesquisa de base/acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos. (BRASIL, DBEPT, 2007, p. 48-49).

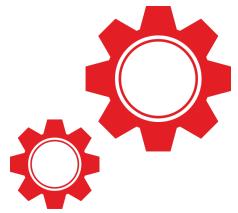
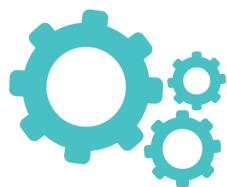
”

Para a efetivação do projeto educativo com foco na formação humana integral, a Pesquisa como princípio pedagógico torna-se basilar no processo de ensino-aprendizagem para que o estudante trabalhador possa investigar a realidade do trabalho na sociedade a fim de propor ações de intervenção para a mudança desejada da realidade analisada.

Nessa relação, os estudos teóricos e empíricos de Felippe (2019), Felippe e Valer (2019), Valer, Brognoli e Lima (2017) e Valer (2019) discutem a relevância da pesquisa como ação pedagógica na EPT para a ampliação das atividades cognitivas e linguísticas do estudante-trabalhador em uma realidade mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. Essas conceituações são essenciais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visto que compõem as concepções de uma formação que vai além da formação técnica, pois prepara os trabalhadores para compreender as próprias contradições que organizam o mundo do trabalho a fim de proporcionar-lhes a reflexão para a transformação.

20

Portanto, a pesquisa torna-se fundamental na formação dos estudantes-trabalhadores, ensino e pesquisa devem andar sempre juntos para compor o viés de inquietação e busca pela autonomia do sujeito.



1.5 EM BUSCA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Para a superação da dualidade educacional brasileira deve-se desenvolver uma formação humana dos sujeitos estudantes-trabalhadores (BRASIL, DBEPT, 2007) que integre todos os saberes relacionados ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura (FRIGOTTO CIAVATTA; RAMOS, 2012). Essa ação tem como meta a superação do ser humano fragmentado, dividido e coisificado, proporcionando-lhe assim, as condições de reflexão e crítica da realidade imposta. Diante do exposto,



A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. (BRASIL, DBEPT, 2007, p. 41).

Para os pensadores que elaboraram o Documento Base da EPT de 2007, existem categorias de entendimento do mundo que são indissociáveis, pois o trabalho, ciência, tecnologia e cultura estão na gênese do entendimento do ser humano e sua relação com o trabalho/natureza/história/sociedade.

Portanto, ao se compreender os fundamentos e princípios da EPT, entende-se a necessidade do estudante-trabalhador ser inserido em uma formação mais ampla. No âmbito educativo, deve-se partir do trabalho no seu sentido ontológico, que proporciona as condições de compreensão dos saberes organizados ao longo da história, todavia, direcionar também para as questões do trabalho no sentido histórico, que demonstra a forma como o trabalho na sua relação com o modo de produção vigente foi criando atividades específicas, com saberes separados por profissão. Nessa perspectiva educativa, o estudante torna-se mais capaz de elaborar uma visão aguçada da realidade, verificando as contradições existentes e questionando como superar essas adversidades por meio de uma consciência apurada de como a sociedade se organiza. A partir dessa compreensão, percebe-se como todos os aspectos da vida se interligam, e se completam, pois a realidade não é algo fragmentado, compartmentado, individualizado, todavia, é resultado de vários processos sociais que podem ser apreendidos pelos processos educativos.



“

A noção de competência é, então, apropriada ao processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e das negociações.
(RAMOS, 2001, p. 160).

”





2. A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS

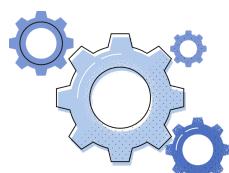


YouTube

ACESSE O LINK ACIMA, E
SAIBA MAIS SOBRE ESSE
CONCEITO.

O termo competência suscita muitos debates devido às diferentes interpretações de intelectuais da área da educação e do trabalho. Partindo-se dessa complexidade, focaliza-se alguns pontos que tratam das intencionalidades educacionais e expressão das transformações laborais e subjetivas da nova força de trabalho, diante dos avanços científicos tecnológicos, e seus impactos no mundo do trabalho.

O que se coloca sobre o modelo de competências está mais relacionado à sua concepção epistemológica que à questão semântica, pois seu uso foi direcionado para atender às novas mutações no campo laboral, impostas por uma nova ordem prática e subjetiva. Portanto, o exercício que se objetiva nesta cartilha tem suas bases numa abordagem materialista dialética, pois ao compreender a realidade material da vida dentro dos seus processos sociais e históricos, comprehende-se também como a subjetividade humana está sendo constituída. Partindo-se do entendimento que a EPT é formadora de futuros profissionais, comprehende-se a sua inserção no modelo de competências como uma forma de corresponder as exigências do sistema produtivo.



2.1 A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS COMO CONSTRUCTO DA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

A formação da subjetividade do novo trabalhador é resultante dos processos anteriores que envolveram os modelos produtivos do taylorismo/fordismo e, na sequência, o toyotismo. Para Araujo (2004), diante desses modos racionais envolvendo o mundo laboral está o modelo de competências e a sua função no mundo contemporâneo, sendo que as novas formas ideológicas inseridas por meio desse novo paradigma, são: o racionalismo, o neopragmatismo e o individualismo.

Em relação ao racionalismo, tem-se as ciências cognitivas e psicológicas, sendo que essas abordagens fazem parte desse arcabouço que legitima a implementação do modelo de competências. Isso porque essa forma de aprendizagem repousa sobre os aspectos comportamentais do sujeito, os quais são exigidos em momentos específicos da sua atividade laboral, como condição balizadora das suas competências atitudinais.

A abordagem individualista ressalta que o saber deve ser centrado no indivíduo, sendo que o professor passa a ser um mero mediador entre o estudante e o saber a ser adquirido. Aqui há um reforço para a questão da experiência pessoal para atingir um determinado fim, acima dos saberes sistematizados ao longo do tempo, os quais podem ser melhor discutidos pelo professor que teve uma formação mais ampla para promover as relações entre os conteúdos e a realidade.

Referente ao neopragmatismo, parte-se do princípio que a realidade é algo que não pode ser alterada, ou seja, que o sujeito deve apenas se submeter à ordem e às práticas sociais pré-estabelecidas, buscando-se adaptar aos movimentos incertos ocorridos no mundo do trabalho contemporâneo (ARAUJO, 2004).

Esses aspectos relacionados à subjetividade do sujeito cumprem um papel importante na aceitação das incertezas e transformações nas matrizes de base científica tecnológica, as quais determinam o péndulo para ocupar uma vaga no mercado de trabalho ou não. Essa condição de trabalhar a subjetividade do estudante-trabalhador está mais relacionado a questões subjetivas individualizantes e relevantes ao mercado de trabalho, distancia-se assim, de uma subjetividade coletiva, pautada em lutas por direitos e garantias trabalhistas, em lutas políticas atreladas a um comprometimento ético da classe trabalhadora e suas pautas por melhores condições de trabalho, e por um mundo do trabalho mais justo e inclusivo.

2.2 MOBILIZAR E TRANSFERIR CONHECIMENTO

Para Perrenoud (1999, 2004), as competências caracterizam-se pelas suas disposições relacionadas aos aspectos psicocomportamentais do indivíduo, ou o que o autor denomina de transferir e mobilizar recursos/conhecimentos. Os saberes tácitos, ou seja, as experiências vividas pelos estudantes-trabalhadores ocupam um papel central nessa nova dinâmica utilitarista do conhecimento, pois estabelece que eles devem ocupar papel de destaque em relação aos conhecimentos de cunho histórico e sistematizado pela humanidade. Para esse autor, todo conhecimento deve ter uma utilidade prática, savoir-faire (saber-fazer), ou seja, o saber adquirido deve ser demonstrado por meio da utilização prática e mensurável. Para esse autor pode-se definir as competências da seguinte maneira:

66

[...] como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos. (PERRENOUD, 1999, p. 7).

”

Nessa perspectiva, o conhecimento deve ter um teor pragmático que tenha em consideração apenas o que pode ser aplicado à vida laboral do sujeito, ou para resolver situações específicas do cotidiano. Essa proposição diverge da proposta de uma formação omnilateral, pois essas categorias aludidas por Perrenoud (1999, 2004) carregam em si ideias que preparam o estudante para vivenciar um local de trabalho na dimensão atitudinal imediata, não valorizando assim, as questões envolvendo operações mentais mais críticas, políticas, ou seja, um olhar mais coletivo sobre o trabalho, dessa forma distancia-se de uma formação para o mundo do trabalho, em que se supõe uma formação em que o trabalhador, além de dominar a técnica, consiga compreender as contradições que se colocam na realidade do trabalho para que possa pensar nas transformações possíveis de serem realizadas em favor de uma sociedade menos excludente (FROGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).



2.3 A COMPETÊNCIA COMO FATOR DE EMPREGABILIDADE

As mudanças de base tecnológica desempenharam um fator de mudança nas bases de sociabilidade laboral, pois devido aos avanços tecnológicos e as novas formas de racionalidade na produção capitalista, colocaram o trabalhador diante de uma nova realidade do sistema produtivo, que se denomina acumulação flexível. Esse termo faz contraposição ao termo acumulação rígida, cujas bases estão no taylorismo/fordismo, assumindo inicialmente uma nova forma pelo toyotismo e se desenvolvendo ao longo dos anos nos processos que levariam ao trabalho flexível dos dias atuais (KUENZER; GRABOWSK, 2016; MACHADO, 1998). Assim, acumulação flexível se caracteriza em um novo padrão de relação entre o capital e a força de trabalho, constituída por transformações e incertezas, que se apresentam por uma perda de direitos e desemprego estrutural.

Nesse cenário, a lógica das competências surge como uma nova forma de adaptar o trabalhador aos novos processos e volatilidade dos postos de trabalho, encontrando nessa lógica os subterfúgios para legitimar os ataques à classe trabalhadora, levando a uma diminuição e, consequentemente, perda de direitos conquistados ao longo da história da classe operária. O trabalhador flexível deve ser capaz de se adaptar às variações no mundo do trabalho, ou seja:

“ [...] trabalhadores qualificados que estão incluídos em um determinado arranjo, poderão não estar em outros, ou os que são qualificados para certos elos da cadeia não o serão necessariamente para outros; estar incluído a partir de uma dada qualificação não assegura que não esteja excluído em outros momentos, e vice-versa, dependendo das necessidades do sistema produtivo. O que determina a inclusão na cadeia, portanto, não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria.”

Daí o caráter “flexível” da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 30).

Essa condição é característica principal dessa nova realidade laboral: incertezas sobre o posto de trabalho. Percebe-se, assim, que a qualificação não é mais garantia de estar empregado, mas deve ter as competências para aceitar as mudanças e ser resiliente sobre suas adversidades no mundo do trabalho.

Sobre essa questão, Machado (1998) afirma que a empregabilidade junto com essas novas competências são os aspectos centrais dessas novas exigências do mercado de trabalho.

Para essa autora,

“

O conceito de empregabilidade tem sido utilizado para referir-se às condições subjetivas da **integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho** e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência." (MACHADO, 1998, p. 18-19 grifo da autora).

”

Ademais, a competência para a empregabilidade está ligada aos interesses do capital e não de exigências coletivas como vinha se constituindo as certificações profissionais. Assume-se com isso uma relação em que:

“

O modelo da 'empregabilidade' para a competência obedece, portanto, a uma lógica orientada para a busca do imediato e a valorização da obtenção do sucesso individual. Mas este processo contribui para atomizar os indivíduos e seu distanciamento recíproco, pois eles são desencorajados a refletir sobre a totalidade concreta e a se mobilizar em direção a qualquer iniciativa que extrapole e questione estas relações, que se volte para uma ação conjunta de busca de uma alternativa de melhoria coletiva. (MACHADO, 1998, p. 21).

”

Diante do exposto, percebe-se que a nova gestão da força de trabalho baseia-se mais em prerrogativas cognitivas, emocionais, subjetivas e comportamentais do indivíduo, em detrimento do conhecimento sistematizado em conteúdos, disciplinas e saberes teóricos e práticos.



2.4 A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR

A competência quando transportada do âmbito do mundo do trabalho para formação escolar, segundo Ramos (2008, p. 299), traz consigo aspectos formativos que são orientados "[...] pelas competências que se pretende desenvolver nos educandos, dá origem ao que chamamos de "pedagogia das competências", isto é, uma pedagogia definida por seus objetivos e validada pelas competências que produz." Esse movimento causado pelas competências produz um novo reordenamento das profissões, sendo que esse cenário é justificado pelos avanços tecnológicos e seus impactos nas relações de trabalho, pois, a partir do momento em que são alteradas as bases científicas tecnológicas, alteram-se os postos de trabalho e o valor social das qualificações e das profissões antes estabelecidas com propriedades estáveis.

Enquanto a qualificação representa a validação de profissões com reconhecimento social, as competências reconhecem os atributos pessoais, individualizam questões que antes eram representadas pelas profissões estáveis e sua representatividade coletiva. Isso significa que:

“

A abordagem profissional pelas competências pretende, então, liberar a classificação e a progressão dos indivíduos das classificações dos postos de trabalho, a partir da construção de um conjunto de instrumentos destinados a objetivar e a medir uma série de dados necessários à aplicação dessa lógica. Com isso, a evolução das situações de trabalho e a definição dos empregos ocorrem muito mais em função dos arranjos individuais do que das classificações ou da gestão dos postos de trabalho a que se referiam as qualificações. As potencialidades do pessoal são colocadas no centro da divisão do trabalho, tornando-se um instrumento indispensável das políticas da empresa. (RAMOS, 2008, p. 301).

”

São processos que fazem parte dos novos rearranjos laborais, os quais estão sempre colocados em “cheque”, pois os novos avanços tecnológicos acabam por direcionar as maneiras que o mundo do trabalho disponibiliza a inserção de novos trabalhadores.

Nessa relação, as competências têm o papel de ocupar o lugar da qualificação profissional, por substituir *a priori* o valor do conhecimento sistematizado em disciplinas, pelos valores que têm origem nas experiências e escolhas individuais, diante de uma tarefa específica de trabalho. Percebe-se o perfil utilitário das competências, pois toda ação deve ter um objetivo claro e com resultados racionais ao sistema produtivo.

Diante do exposto, entende-se a visão pragmática que essa nova pedagogia prioriza, ou seja, suas ações devem priorizar objetivos de ajustes constantes às novas realidades impostas pelo mundo do trabalho, por agora regido pelas entidades tecnológicas e suas incertezas “neutras”.

Além desses aspectos citados, a pedagogia das competências tem sua razão de existir como fator de adaptação às modificações do sistema produtivo capitalista, chamada de acumulação flexível, correspondendo às novas formas de organização dos postos de trabalho, os quais dependem das constantes mudanças tecnológicas, que vai moldando esse novo trabalhador. Com essa nova dinâmica, individualiza-se a culpa do insucesso de um trabalhador, como sendo uma falha pessoal, o trabalhador que não teve competência para desenvolver ou aplicar as habilidades mínimas para acessar uma vaga de emprego, eximindo assim o sistema produtivo e sua implacável capacidade de criar desigualdade, sendo isso constitutivo do próprio sistema capitalista.

São esses os mecanismos de um sistema neoliberal que reordena o estado democrático burguês, controlando as políticas públicas que determinam ou não o combate das desigualdades sociais, deixando que os interesses das classes dirigentes escolham a forma como a população mais pobre irá vender a sua força de trabalho. Nesse paradigma, o novo trabalhador deve ser adaptável e flexível, pois a realidade, segundo esses paradigmas, é algo que não pode ser alterada, deve-se apenas, ser um sujeito adaptável, pois

“Em outras palavras, a pedagogia das competências pretende preparar os indivíduos para a adaptação permanente ao meio social instável da contemporaneidade.” (RAMOS, 2008, p. 304).

O que chega ao trabalhador é que a realidade é algo já determinado, restando ao sujeito se render às situações impostas pelo meio social, não sendo possível interferir e modificar a realidade material na qual está inserido.

Para Machado (2002) a implementação do modelo de competências na educação brasileira ocorreu de maneira impositiva, pois segundo a autora, como se trata de um conceito que desperta tantas discussões e interpretações epistemológicas seria necessário um debate mais amplo com a sociedade.



2.5 O NEOLIBERALISMO E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS COMO FIADORAS DESSA NOVA LÓGICA

O sistema neoliberal impõe implementação das competências na educação, com o aval de instituições internacionais que servem como fiadoras, legitimam os interesses privados do sistema global em relação aos processos envolvendo o mundo do trabalho. Órgãos internacionais como a Comissão Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), trabalham em parceria, com os interesses do sistema produtivo capitalista para legitimar a implementação do modelo de competências na educação, pois são criadas e financiadas para atender esses e outros objetivos.

Para Laval (2004), essas instituições são essenciais para legitimar a implementação do modelo de competências na educação, sendo reflexo direto das mudanças no sistema produtivo, o qual exige trabalhadores mais adaptáveis e resilientes às imposições do capital sobre a classe trabalhadora. Em acréscimo, segundo Katrein (2018), todos esses *think tanks* são os porta-vozes dos interesses que pautam o neoliberalismo mundial, interesses esses que não condizem com os ideais da classe trabalhadora. Isso porque estão na maioria das vezes fomentando o debate sobre algum tema de interesse dos grandes capitais, porém com aparência de estar contribuindo com a democracia, pois tem como objetivo principal dar um “verniz” de democracia em situações onde a implementação de mudanças políticas e econômicas atingem a classe trabalhadora e desempregada.

Dentro desses aspectos abordados ocorre uma substituição da "lógica dos conhecimentos" pela "lógica das competências", essa nova visão atribui ao sujeito a responsabilidade por aprender a aprender, ou seja, impõe ao trabalhador que esteja preparado, a qualquer tempo as situações laborais inesperadas. Essa nova prática envolvida nos processos de ensino-aprendizagem tem impactos na formação dos sujeitos estudantes, adverte Laval (2004, p. 58):

“

Essa “lógica da competência”, dando mais prioridade às qualidades mais diretamente úteis da personalidade empregável do que a conhecimentos realmente apropriados, mas que não seriam necessariamente e imediatamente úteis economicamente, comporta um sério risco de desintelectualização e de desformalização do processo de aprendizagem.

”

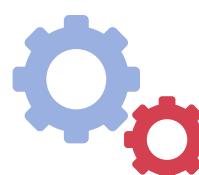
2.6 O MODELO DE COMPETÊNCIAS E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Como afirma Ramos (2001), deve-se fazer o exercício de ressignificar ou apropriar-se epistemologicamente da lógica das competências para aproximar a formação política e omnilateral, já que essa nova lógica apresenta aspectos que buscam apenas conduzir os sujeitos estudantes-trabalhadores para ocupar funções pontuais, conforme a necessidade do mercado de trabalho. A questão que subjaz ao projeto das competências é fazer com que as imposições do sistema produtivo capitalista, no caso as competências, sejam reapropriadas pelos estudantes, e ganhem novos significados, no sentido epistemológico e prático das atividades da classe operária.

2.6.1 AS DIVERGÊNCIAS COM A EPT

O modelo de competências tem como uma das suas principais características exaltar as aptidões cognitivas, comportamentais e de sociabilidade dos trabalhadores, pois precisa de pessoas que se moldem aos interesses da acumulação flexível, sendo mais propensas a aceitar as incertezas do mundo laboral.

Diante dessa realidade, a lógica das competências tem alguns fatores que divergem com a formação humana integral, pois entre seus aspectos principais estão: individualismo, competitividade, utilitarismo, pragmatismo, além disso, repousa em suas intenções, a diminuição de direitos trabalhistas e, consequentemente, a precarização da classe trabalhadora. Nesse direcionamento, o modelo de competência avança sobre as formações profissionais como legitimador das consequências causadas pelo próprio sistema produtivo capitalista, culpabilizando os trabalhadores por não estarem aptos a serem contratados ou assumirem a condição de empregabilidade. Dessa forma, é necessário uma maior formação crítica dos estudantes-trabalhadores para entenderem as relações entre o sistema de competências e o trabalho no sentido histórico, e dessa forma compreender como essas relações determinam os reais movimentos do sistema produtivo vigente.



2.6.2 RESSIGNIFICAR O CONCEITO DE COMPETÊNCIA

A implementação das competências no âmbito escolar foi realizada de maneira impositiva, longe de um debate com os órgãos que representassem as esferas educacionais. Para Machado (2002), essas imposições são a expansão do próprio capitalismo, que impõe novas pedagogias de formação profissional, devido as mudanças e avanços de base científica tecnológica. Como consequência, as formações educacionais precisam atender a essa nova demanda, deixando de lado sua função humanizadora, política e emancipatória, restringindo-se a uma formação técnica para suprir demandas pontuais do mercado de trabalho.

Segundo Ramos (2001), se faz necessário uma apropriação epistemológica do termo para que diante do contexto contraditório do capital, direcionando-se esse termo para uma formação que tenha mais sentido humano, ou seja, aproxime-se mais de uma formação politécnica do sujeito. Para a autora, deve-se subordinar a lógica das competências a certificação por qualificação, pois possui uma valoração de caráter coletivo, representado assim, o valor simbólico do reconhecimento social das certificações por qualificação.

Diante desse movimento de deslocamento conceitual, em que a lógica das competências assume o papel da qualificação, Ramos (2001, p. 39), expõe:

“
Não obstante o debate que envolve a qualificação, este é um conceito consolidado na sociologia, pelo menos nos limites em que organiza as relações formais de trabalho remetendo-se, simultaneamente, à existência de práticas educativas que ajudam a legitimar o estatuto do trabalho qualificado. Já a noção de competência, original das ciências cognitivas, surge como marca fortemente psicológica para interrogar e ordenar práticas sociais.

De modo geral, as qualificações representam os movimentos de vanguarda que ocorreram nos países de economia e políticas baseadas num Estado de bem-estar social, sendo reflexos do pós-guerra, notabilizando-se por regulações coletivas das relações de trabalho, promovendo muitos avanços para a classe trabalhadora, pois a partir das qualificação por certificação, melhorou-se a remuneração e a capacitação dos trabalhadores (RAMOS, 2001).

Portanto, o termo da lógica das competências deve ser apropriado pelos processos formativos profissionais, assumindo o papel da "lógica da qualificação".

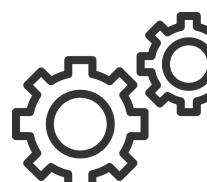
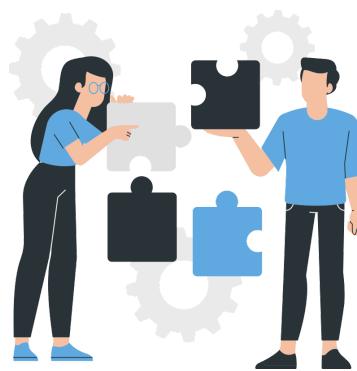


FECHAMENTO

Esta cartilha eletrônica, As concepções da EPT e a lógica das competências objetiva destacar alguns fundamentos da EPT e uma crítica de como a lógica das competências está inserida no processo de ensino-aprendizagem. Com isso procura estabelecer orientações para os sujeitos do contexto educativo, sejam os profissionais ou estudantes, no sentido de se ampliar a compreensão dos processos histórico-sociais que compõem as concepções da EPT e o Modelo de Competências que permeia o contexto do trabalho e da educação.

Para isso foram apresentados vários conceitos tanto da EPT como do termo competências, buscando promover uma reflexão sobre as condições sociais que resultaram em aspectos do ensino-aprendizagem que ocorrem nos dias atuais. Parte-se do princípio de que só pode ser mudado algo quando se tem conhecimento sobre, por isso é necessário e basilar promover o debate para possibilitar as transformações vislumbrando a uma formação humana integral.

Enfim, as Concepções da EPT e o Modelo de Competências precisam ser compreendidos por toda a comunidade institucional de formação profissional, para que diante dos processos históricos em desenvolvimento, consigam refletir sobre suas práticas diárias, ou seja, consigam ter uma compreensão básica dos pressupostos da EPT e da lógica das competências diante dos novos desafios contemporâneos que envolvem os processos de ensino-aprendizagem, e por meio desses saberes direcionar processos educativos que rompam com a dualidade educacional que se perpetua ao longo da história do país.



REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. As referências da pedagogia das competências.

Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 497-524, jul./dez. 2004. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9664>. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base.** Brasília, abr. 2004. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base.** Brasília, dez. 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de área-Ensino.** 2016. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE_AREA_ENSINO_2016_final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

CIAVATTA, Maria. O trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 408-415. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado/** concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 3, p. 83-106.

DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. **O enigma da competência em educação.** Trad. Cláudia Schilling – Porto Alegre: Artmed, 2004.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.

FELIPPE, Bárbara Colossi. **A Pesquisa como Princípio Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** um Estudo de Caso com docentes participantes do

Edital 20/2017/PROPPI/DAE do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Orientadora: Salete Valer 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1138?show=full>. Acesso em: 1 set. 2020.

FELIPPE, Bárbara Colossi; VALER, Salete. Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa como princípio pedagógico: orientações aos professores da Educação Profissional. 2019.

Produto educacional (Cartilha) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em:
<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/434085>. Acesso em: 1 set. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (org.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis: CED / UFSC, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 22-32, out. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 19 jun. 2020.

KATREIN, Camila. **Os Programas de Aprendizagem Profissional e o projeto do capital para a juventude trabalhadora.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205134>. Acesso em: 6 jun. 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 92-110, 7 mar. 2016 [2002]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643971/11427>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. **Trabalho & Educação**. v. 3, p. 15-31, 2013 [1998]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8681>. Acesso em: 24 maio 2020.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia no ensino de segundo grau. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. **Politecnia no ensino médio /** (Walter Garcia, Célio da Cunha coordenadores). São Paulo: Cortez; Brasília: SENEB, 1991. (Cadernos SENEB; 5). p. 51-64.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista - 1848**: seguido de Gotha: comentários à margem do programa do partido operário alemão. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Philippe. De uma metáfora a outra: transferir ou mobilizar conhecimentos. In: DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. O enigma da competência em educação. Trad. Cláudia Schilling – Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 47-63.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. Avaliação por competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 55-59. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Certificação de competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 83-86. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo por competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. -

Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 119-124. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.299-305. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

RODRIGUES, José. Educação Politécnica. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.168-175. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar. 2020.

SOUZA JUNIOR, Justino de. Politecnia e onilateralidade em Marx. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 5, p. 98–114, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9150>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA JUNIOR, Justino de. Omnilateralidade. In: PEREIRA, Isabel Brasil; FRANÇA, Julio Cesar. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 284-292. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-profissional-em-saude-segunda-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 13 out. 2019.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional técnica de nível médio para a constituição do ser social e profissional. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2 803, out. / dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/1984-8412.../35788>. Acesso em: 8 jan.2020.

VALER, Salete. A pesquisa como princípio pedagógico e sua materialidade linguística: estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. V. 2, N. 17,2019. Disponível em:
<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7289>. Acesso em: 8 jan. 2020.



SOBRE OS AUTORES

Lucas de Souza

E-mail: lucazdez@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3357-1550>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2895364883386175>

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Pesquisa com foco no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como competências do estudante-trabalhador para o mundo do trabalho. Possui graduação com Abi - Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Salete Valer

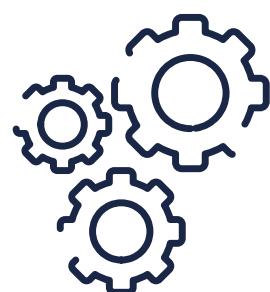
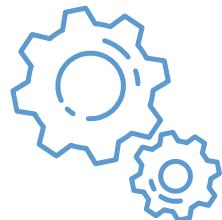
E-mail: salete.valer@ifsc.edu.br.

Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-9391-3807>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4817754537520905>

Doutora em Linguística (Psicolinguística Aplicada) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Linguística Teórica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduação em Letras Português e Literaturas Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente Associada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Florianópolis-Continente, Área de Linguagem e Comunicação, atuando como docente em Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Tecnologia e no Programa de Mestrado em Educação Profissional em Rede Federal (ProfEPT).





Todas as imagens utilizadas foram disponibilizadas de forma gratuita pelos bancos de imagens:

<https://www.canva.com/>

<https://www.pinclipart.com/>